SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALESSANDRA BERNARDES ALMEIDA DA COSTA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA

TOMÉ-AÇU
2022

ALESSANDRA BERNARDES ALMEIDA DA COSTA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza

TOMÉ-AÇU
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837p Costa, Alessandra Bernardes Almeida da.
Políticas educacionais de inclusão escolar do aluno com deficiência nas séries iniciais em uma escola do município de Pastos Bons/MA / Alessandra Bernardes Almeida da Costa. — 2022.
15 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals E Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Política educacional. 2. Inclusão escolar. 3. Educação especial. I. Título.

CDD 370

ALESSANDRA BERNARDES ALMEIDA DA COSTA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza

Data da aprovação:__/__/____

Conceito:

Banca Examinadora:

_____
Orientador
Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza – UFPA

_____
Examinador(a)

_____
Examinador(a)

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS/MA.

Alessandra Bernardes Almeida da Costa
Universidade Federal do Pará- UFPA
Tomé Açu – Pará - Brasil
alecefetn@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho apresenta o processo de inclusão escolar na escola Drº Temístocles Carneiro Teixeira. Teve como objetivo geral analisar as políticas educacionais de inclusão escolar do aluno com deficiência nas séries iniciais e como específicos identificar as principais ações, diretrizes, programas e planos voltados para inclusão dos alunos com deficiência na escola Drº Temístocles Carneiro Teixeira; contextualizar as políticas educacionais para pessoa com deficiência em documentos normativos referentes à Educação Especial e por fim problematizar como essas políticas têm permitindo a inclusão dos educandos e se estão de fato sendo efetivadas no espaço da escola alvo da pesquisa. A relevância da discussão se deu pelo questionamento sobre de que forma ocorre a implementação das políticas educacionais de inclusão no cotidiano escolar, assim como pela relevância do tema que vem se atualizando e aperfeiçoando nos últimos anos. A metodologia adotada foi a qualitativa por esta nortear e dar sentido à forma como o pesquisador lança mão para investigar, conhecer e buscar os caminhos que o levarão a responder os seus questionamentos e como instrumento de coleta de dados utilizamos a observação no contexto pesquisado, assim como a entrevista para entendermos como esse processo vem acontecendo na escola. Diante disso, como conclusão, percebeu-se que as políticas educacionais de inclusão escolar no Município ainda enfrentam muitas barreiras para alcançar seus objetivos propostos, que seria oferecer uma educação de qualidade e igualdade aos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Política educacional. Inclusão escolar. Educação Especial.

1. INTRODUÇÃO

Deseja-se que a escola pública seja um espaço onde todos possam ter acesso gratuito e de qualidade, de acordo com a Constituição Federal 88 no artigo 206, inciso I. Espaço esse,

onde se tenha inclusão no processo de ensino-aprendizagem, principalmente para a diversidade escolar, no qual estão inseridas as pessoas com deficiência, que na sua maioria ficam excluídas desse processo.

Dessa forma, as políticas públicas não se direcionam apenas para atingir um segmento social, mas para intervenção de problemas de interesse comuns. Portanto, independente da classificação em que estejam inseridas, todas as políticas públicas têm um único objetivo, que é corresponder aos anseios e necessidades de uma sociedade, além de uma busca contínua por justiça social, que se faz dando as mesmas oportunidades e condições de acesso a todos.

A inclusão do aluno com deficiência no ensino regular tem sido um tema amplamente discutido em vários países, tendo como ponto central a qualidade do ensino para todos, baseada na igualdade de acessibilidade, respeito à diversidade e no acesso e permanência desses alunos no espaço escolar, sendo necessário compreender como um direito que esses educandos tem, garantido pela Constituição Federal e legislações educacionais, assim consequentemente como um dever do Estado na efetivação destes.

A escolha por esse estudo se deu principalmente a vários questionamentos desenvolvidos nas vivências pessoais ao longo de minha formação no curso de Pedagogia, entre eles sobre de que forma ocorre a implementação das políticas educacionais de inclusão no cotidiano escolar. Como também, por ser um tema de grande relevância para sociedade, pois vem se atualizando e aperfeiçoando no decorrer dos anos.

Neste sentido, o artigo intitulado Políticas educacionais de inclusão escolar do aluno com deficiência nas séries iniciais em uma escola do Município de Pastos Bons/Ma, teve como lócus a escola Drº Temístocles Carneiro Teixeira e como objetivo geral analisar as políticas educacionais de inclusão escolar do aluno com deficiência nas séries iniciais, assim como os reflexos que essas políticas estão tendo na inclusão e no atendimento desses alunos com necessidades educacionais especiais na escola supracitada.

E os específicos: Identificar as principais ações, diretrizes, programas e planos voltados para inclusão dos alunos com necessidades especiais educacionais na escola, contextualizar as políticas educacionais para pessoa com deficiência em documentos normativos referentes à Educação Especial e por fim problematizar como essas políticas têm permitindo a inclusão dos educandos e se estão de fato sendo efetivadas no espaço da escola alvo da pesquisa.

Considerando as reflexões acima, surgiu o seguinte questionamento: Quais são os reflexos das políticas educacionais de inclusão escolar sobre a realidade vivenciada pelos alunos com deficiência das séries iniciais na escola pesquisada no Município de Pastos Bons-Ma?

Para o estudo, será utilizada a abordagem metodológica qualitativa, por esta nortear e dar sentido à forma como o pesquisador lança mão para investigar, conhecer e buscar os caminhos que o levarão a responder os seus questionamentos. Esta metodologia não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, pois estas operacionalizações impedem que se chegue a resultados próximos da realidade vivenciada.

Quanto aos objetivos esta pesquisa se configura enquanto uma pesquisa do tipo explicativa, pois busca identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (Gil, 2007).

Consideramos que esta pesquisa terá três grandes momentos: O primeiro será a revisão e análise bibliográfica referente à temática da pesquisa, a qual terá finalidade de avaliar as informações da realidade vivenciada nesse espaço educacional a partir das teorias fornecidas nas fontes bibliográficas. Será feita também uma análise a respeito dos períodos históricos que tratam a Inclusão Escolar assim como as legislações que abordam essa temática.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica é feita:

> a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (Fonseca, 2002 p. 32).

No segundo momento será feito um breve histórico da escola lócus da pesquisa pontuando sua construção social e administrativa, configurando-se assim a pesquisa de campo. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-factor, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (Fonseca; 2002).

Tornar-se necessário compreender, que a entrevista é um importante instrumento de coleta de dados para compreensão da realidade pesquisada e como principal característica a valorização da subjetividade do entrevistado. E no terceiro momento, após a pesquisa de campo, as informações coletadas serão tabuladas e analisadas no intuito de compreender como a escola está beneficiando a inclusão desses alunos, de forma que possibilite um bom desenvolvimento

no processo de ensino e aprendizagem e assim apontar os aspectos que podem contribuir para análise das políticas educacionais existentes na escola pesquisada.

2 INCLUSÃO ESCOLAR: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS

O movimento de inclusão escolar surgiu nos Estados Unidos em 1980 e partiu da reflexão sobre a necessidade de como a escola deveria atender o público alvo da Educação Especial, refletindo positivamente no âmbito educacional, onde passou-se a defender a construção de um sistema único, oferecendo qualidade para todos, independentemente de ter ou não deficiência (Mendes, 2006).

Com a Declaração de Salamanca em 1994 que trata de princípios, políticas e práticas para inclusão de crianças jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino, houve uma mobilização mundial, onde países participantes dentre eles o Brasil se comprometeram a direcionar suas ações para ofertar uma educação de qualidade, acessibilidade e respeito.

A partir da Declaração de Salamanca, as discussões e ações voltadas para inclusão de pessoas com deficiências em vários países, passam a se organizar como políticas públicas de atendimento. Assim, o princípio de inclusão escolar passa a ser defendido como "uma proposta de aplicação prática no campo da educação, de um movimento mundial denominado inclusão social" (Mendes, 2006).

Neste contexto, o princípio da inclusão se globaliza, suas teorias e práticas passam a ser absorvidas em muitos países, com isso houve a necessidade de reformas educacionais, prevendo alterações nos currículos, nas formas de avaliação, na formação dos professores, nas estruturas físicas das escolas e na política educacional mais democrática (Mendes, 2006).

No campo teórico, as discussões em torno da inclusão escolar no atual cenário brasileiro relacionam-se a diferentes entendimentos. Assim, ressaltamos alguns autores que discorrem sobre o tema políticas educacionais, inclusão escolar e pessoa com deficiência, ressaltando que o princípio norteador de uma inclusão social é uma educação inclusiva, com direito à equidade e acesso a todos há quem dela precisar. Cury (2002), afirma a esse respeito que, trata-se de efetivar a igualdade de oportunidades e de condições ante um direito inalienável da pessoa - a cidadania e os direitos humanos.

Nesta perspectiva, para Sassaki (1997) ao referir-se à inclusão afirma que:

> Este movimento tem por objetivo a construção de uma sociedade realmente justa para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios dentre os quais se destacam: celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com igualdade de vida. (Sassaki, 1997, p. 17)

Compreende-se que tanto para Cury (2002) quanto para Sassaki (1997) a inclusão tem um sentido de equidade, respeito à diversidade, de uma minoria que há muito tempo sofrem com a exclusão da sociedade. Para que se concretize essa inclusão torna-se necessário refletir sobre as políticas públicas, que são os meios para este fim, pois sem as ações do governo para fomentá-las, esse processo de inclusão social torna-se inviável.

Numa perspectiva mais ampla sobre o debate desta temática (Sassaki, 1998) afirma:

> Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiências estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (Sassaki, 1998, p. 8).

Miranda (2003) reconhece que o trabalho com classes heterogêneas que considerem todas as diferenças é indiscutivelmente benéfico para o desenvolvimento das crianças deficientes assim como também para as demais. Isso porque oportuniza a vivência da troca de valores, a interação e o cooperativismo. No entanto, para que haja esse respeito mútuo em fase da diversidade, são necessárias mudanças conceituais no que diz respeito à escola, aluno, ensino e a aprendizagem.

2.1 As Políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

A atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva entende a educação especial como uma modalidade de ensino que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades, assim realizando todo atendimento educacional especializado, oferecendo os serviços e recursos necessários para esse atendimento e orienta alunos e professores quanto a sua utilização nas turmas comuns de ensino regular (Brasil, 2008).

Sassaki (1997) afirma que a Educação Especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado.

O objetivo dessa política é assegurar a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (Brasil, 2008). Sua orientação é

voltada para o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; oferta do atendimento educacional especializado (AEE); formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Os dados do Censo Escolar 2020 apontam 1.308.900 matrículas da educação especial, sendo possível encontrar 1.136.037 nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com 154.360 nas classes e escolas especiais e 981.677 em classes comuns. No total, 88,1% desses alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação estão matriculados em classes comuns (Brasil, 2010-2020).

No entanto, fazendo uma análise crítica dos dados oficiais e observando as legislações vigentes, podemos perceber as contradições existentes, pois o acesso à escola da clientela da educação especial cresceu nos últimos de forma quantitativa. É inegável que houveram avanços significativos, porém a oferta de serviços para atender esses sujeitos, o crescimento no desempenho escolar e as estruturas adequadas das instituições não cresceram proporcionalmente com a oferta de acesso à escola.

No campo legal que discorre sobre a educação especial segue algumas leis gerais, como a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 (1996), outros documentos foram importantes neste processo como a Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos (1990).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, define a educação especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996), A partir daí surgem importantes discussões a respeito de inclusão educacional e o termo “necessidades educacionais especiais”, ganha espaço.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990 em seu artigo 54: É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

> III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (ECA, 1990)

Vale ressaltar, que para que uma educação seja realmente inclusiva, necessita de políticas educacionais efetivas a fim de atingir alguns objetivos importantes, como a integração e a inclusão do educando com deficiências dentro dos processos de ensino e aprendizagens

formais. É necessária além das adaptações físicas, como a construção de rampas de acesso, banheiros adaptados e carteiras apropriadas, é preciso a reformulação das metodologias, como também adequar o currículo e habilitar os docentes para trabalhar com pessoas com deficiências dentro de um olhar inclusivo.

Torna-se necessário compreender que sem a implantação das políticas educacionais, as consequências são desastrosas, entre elas a evasão escolar, o aumento de analfabetismo funcional, crianças com deficiência fora da escola, assim como jovens e adultos também, entre outras problemáticas.

3 LÓCUS DA PESQUISA

3.1 Histórico e Proposta Pedagógica

A presente pesquisa foi realizada na Escola Municipal Theoplistes Teixeira da sede do município de Pastos Bons. A mesma atua nas modalidades de educação infantil e ensino fundamental menor e maior, sendo seu funcionamento manhã e tarde.

O turno da manhã é composto por onze turmas, sendo duas da educação infantil e do fundamental nove com uma turma no 1°, 2°, 3°,4°, 5° e 6° ano e três turmas no 7° ano. No turno da tarde funcionam oito turmas, sendo quatro turmas do 8° ano e quatro do 9° ano.

A escola funciona na modalidade de ensino regular, mantida pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação do município e atualmente possui um diretor e um vice-diretor, 46 professores, 2 agentes administrativos, 5 vigias e 7 zeladores, no momento sem coordenador pedagógico.

A escola hoje no total possui seis alunos especiais distribuídos em seis salas de aula. A pesquisa foi realizada com a professora do AEE que está trabalhando diariamente com os referidos alunos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Resultado da entrevista com o diretor da escola

Com base no resultado da entrevista com o diretor da escola pesquisada, foi constatado que atualmente existem doze alunos com deficiência matriculados, sendo 6 no turno da manhã e os outros 6 no turno da tarde e que a escola é a única do município que faz esse atendimento educacional especializado para crianças das séries iniciais.

De acordo com a entrevista na primeira pergunta que lhe é direcionada (Tem atendimento do AEE na escola?), o mesmo diz que: “Sim, a escola possui uma sala do AEE, que atende alunos não só da escola como de outras também e que esse atendimento é feito no contraturno do aluno, com dia e hora agendado”, a segunda pergunta realizada (A escola está inserida em algum programa do governo Federal voltado para Educação Especial?), “Não, Apenas os programas vigentes que nós seguimos pelo cronograma da Secretaria de Educação mas nenhum programa específico em relação a Educação Especial”, a terceira pergunta foi (Em relação às políticas educacionais de inclusão, você acredita que elas respondem a sua finalidade proposta na escola?) o gestor respondeu que “Sim. Elas atendem de forma consideráveis, aceitáveis pela instituição, em partes elas respondem aos seus objetivos”.

Com relação à estrutura física da escola foi feita a quarta pergunta (A escola é adaptada para receber alunos com deficiência?), o mesmo diz que: “Sim, faltam poucas, mas as adaptações existentes respondem ao bom atendimento desses alunos, temos rampas com corrimão, banheiros adaptados e sala do AEE com o chão forrado com tapetes de EVA, infelizmente ainda não temos central de ar, apenas o ventilador que sugerimos ficar desligado devido o barulho do mesmo”.

> O Decreto n° 5.296/2004 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, facilitando sua independência e transformando-se em um compromisso ético-político. A escola deve oferecer espaço físico adaptado para a realização das atividades escolares [...] (Brasil, 2004, p.1).

Ainda no relato do diretor foi feito a seguinte pergunta: (Quais ações a escola está realizando para incluir alunos deficientes no processo educativo?), o mesmo relata que “A nossa escola tem um projeto de ação na forma de inclusão nas atividades, todas as programações realizadas aqui os alunos com deficiência são incluídos, por exemplo nas festas juninas os alunos participam das quadrilhas da mesma forma como os alunos que não tem necessidades educacionais especiais, não apenas assistem”.

No total foram feitas seis perguntas para o gestor da escola e na última questionou-se o seguinte: (Quais as sugestões para melhorar o atendimento do aluno com deficiência no ambiente escolar?) respondeu que “É necessário avaliar o que está dando certo e o que está dando errado, procurar melhorar sempre, atualmente estamos sem coordenador pedagógico e precisamos deste profissional aqui, precisamos também de uma equipe de busca ativa pois muitos pais não estão mandando seus filhos à escola pela falta da medicação controlada por não ter um acompanhamento psiquiátrico adequado, isso acaba prejudicando muito no desempenho desse aluno”.

Sobre essa questão da falta de medicação controlada, o diretor relatou que devido à falta de laudo médico a maioria dos alunos com deficiência não tem acesso a medicação adequada e consequentemente sendo uma barreira para que eles frequentem a sala de aula. Vale ressaltar, que a família é um dos agentes ativos neste processo, sendo o ponto de partida para a inclusão e estendendo-se à escola e sociedade em geral.

Neste contexto educacional de arranjos e desarranjos com objetivo de construir saberes, foi desvelado as limitações e contradições do sistema educacional brasileiro, barreiras de diversas modalidades foram identificadas no âmbito escolar, onde sujeitos, deste processo de ensino e aprendizagem necessitam se capacitar para atender as demandas do cotidiano escolar relacionadas a ultrapassar essas barreiras, para que houvesse o acesso e a permanência da diversidade escolar.

4.2 Resultado da pesquisa com a professora do atendimento educacional especializado (AEE)

A escola atualmente dispõe de duas professoras especialistas no atendimento educacional especializado (AEE), porém no momento que foi realizada a entrevista uma professora estava ausente de suas atividades devido a problemas de saúde, com isso somente a professora do turno da manhã respondeu a nossas perguntas, a mesma tem 30 anos, com 11 anos com tempo de serviço e 4 anos na educação especial.

A mesma relatou que são 6 alunos mas que no momento apenas 3 estão frequentando a escola, todos das séries iniciais do ensino fundamental, e que os atendimentos são feitos individualmente e com hora marcada.

A primeira pergunta direcionada a professora foi: (como você planeja seu atendimento para os alunos com deficiência?). “Primeiramente é feita uma avaliação diagnóstica e logo depois tem uma troca de conversa entre o professor do AEE e a professora da sala regular, já conhecendo o nível de aprendizagem desse aluno é feita uma anamnese com a família, com essas informações é feito o planejamento individual do aluno e assim elaboradas as atividades”.

> Para atender a diferença na sala de aula devemos flexibilizar as práticas pedagógicas. Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos; todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagem diferentes ao de aprendizagem acabaremos criando desigualdades para muitos alunos (Rodrigues, 2006, p. 305-306).

A segunda pergunta foi (a escola desenvolve projetos pedagógicos que auxiliem seu trabalho junto aos alunos com deficiência?), a professora relatou que “nós professores sim,

junto com a coordenação e com os cuidadores é feito um planejamento, porém acho que os professores da sala regular deveriam participar, deveriam se capacitar porém não acontece isso".

Quando questionada na terceira pergunta (Em relação às políticas educacionais de inclusão, você acredita que elas respondem a finalidade proposta na escola e de que forma elas têm permitido a inclusão?), "acredito que as políticas públicas são voltadas para inclusão, porém elas não acontecem como a gente quer e deseja para fazer melhor o nosso trabalho, existem no papel mas na prática não", já no quarto questionamento (Quais as ações a escola está realizando para incluir alunos deficientes?), de acordo com a professora, "no momento estamos fazendo um levantamento para saber quais alunos têm laudo, quais alunos frequentam de fato a sala multifuncional e também a busca ativa como medida de enfrentamento à evasão dos mesmos".

A última pergunta direcionada para a professora do AEE foi (Quais suas sugestões para melhorar a inclusão destes alunos?), "Deveria ter um apoio maior da gestão municipal, o prefeito como a secretaria de educação para buscar mais recursos e melhorar a estrutura da sala do AEE, formação continuada para os professores entre outras".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme obtido na pesquisa de campo, a partir da análise realizada na escola sobre os reflexos das políticas educacionais de inclusão do aluno com deficiência na escola regular Temístocles Carneiro Teixeira da rede municipal de Pastos Bons-Ma, observou-se que a inclusão ainda é um processo muito recente e cuidadosamente explorado.

Durante as entrevistas, foi relatado pelo gestor que a escola está superando as dificuldades existentes para oportunizar a esses alunos uma inclusão de fato, mas afirmou que ainda existem muitas barreiras a serem rompidas como recurso humano e a resistências de alguns pais de alunos em aceitar que o filho é uma criança especial, assim não levando para fazer os devidos acompanhamentos na escola.

As experiências vivenciadas no espaço escolar nos mostram que a "boa vontade" dos profissionais ainda é barrada por uma série de obstáculos e que as políticas educacionais voltadas para a Educação Especial ainda precisam ultrapassar os campos legais para se chegar às salas de aula de todo país.

Neste contexto, percebemos a ausência da efetivação dessas políticas educacionais, mesmo com todos os avanços em relação à educação especial nas últimas décadas. A realidade encontrada em sala de aula difere grandemente com a legislação vigente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL, LEI nº. 9.394, de 20.12.96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. Decreto N° 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente: anotado e interpretado/ Murilo Jose Digiácomo e IIdeara Amorim Digiácomo – Curitiba. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotoras da Criança e do Adolescente, 2013. 6ª edição.

CURY, C. R. J. **Direito à Educação**: Direito a igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais – acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. IBGE/Censo Demográfico 2010

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.33, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf. Acesso em: mai. 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve Histórico da Educação Especial no Brasil**. Revista Educaciony Pedagogia, vol. 22, núm. 57, mayo – agosto, 2010.

MIRANDA, A. A. B. **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental**. Unimep, 2003.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.p.09-29.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David. (Org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. 1 . ed. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construído uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.